

Inventário documental da Fazenda Santa Clara (Sant'Ana do Livramento-RS): contribuições para a arqueologia histórica regional

Lindomar Mafioletti Júnior¹
Raul Viana Novasco²
Valdir Luiz Schwengber³

Resumo:

Este artigo apresenta um estudo de caso de arqueologia histórica desenvolvido na Fazenda Santa Clara, localizada no município de Sant'Ana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul. Como resultado, foram inventariados trinta e três documentos de valor histórico encontrados na fazenda, os quais encontram-se sob guarda do atual proprietário. A documentação que compõe o acervo foi produzida no período de 1859 a 1911, consistindo em certidões de compra e venda de terras, certidões de nascimento, documentos militares, títulos, petições, ofícios e recibos diversos, pertencentes aos antepassados do proprietário. Visto que este acervo constitui um importante patrimônio histórico, que merece atenção quanto a sua preservação, bem como, sua utilidade pública, para fornecer subsídios para pesquisas de estudantes e interessados, este trabalho foi orientado no sentido de converter os dados ali obtidos em contribuições para os trabalhos de arqueologia histórica da região dos Pampas.

Palavras-chave:

Arqueologia Histórica; Fazenda Santa Clara, inventário documental.

Documentary inventory of the Santa Clara farm (Sant'Ana do Livramento-RS): contributions to regional historical archeology

This paper presents a case study of historical archeology developed at Santa Clara farm, located in the municipality of Sant'Ana do Livramento, Rio Grande do Sul state. As a result, thirty-three documents of historical value were found on the farm, which are under the custody of the current owner. The documentation that composes the collection was produced between 1859 and 1911, consisting of certificates of purchase and sale of properties, birth certificates, military documents, titles, petitions, trades and various receipts, belonging to the ancestors of the current owner. Considering that this collection constitutes an important historical patrimony, which deserves attention as to its preservation, as well as its public utility, to provide subsidies for researches of students and interested parties, this work was oriented towards converting the data obtained therein into contributions for the works of historical archeology of the Pampas region.

Key-words:

Historical archaeology; Santa Clara farm; documentar inventory.

¹ Historiador da Espaço Arqueologia, Tubarão/SC. Email: juniormafioletti@gmail.com

² Arqueólogo da Espaço Arqueologia, Tubarão/SC. Email: raulnovasco@gmail.com

³ Arqueólogo coordenador da Espaço Arqueologia, Tubarão/SC. Email: valdirluiz@gmail.com

1. Introdução

O presente artigo de pesquisa tem por objetivo apresentar os resultados obtidos através de um estudo de caso oriundo das atividades realizadas na execução do Inventário Documental da Fazenda Santa Clara nos anos de 2014 e 2015. A fazenda está situada na localidade de Galpões, no município de Sant'Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, região do extremo sul do Brasil, fronteira com o Uruguai.

O interesse pela realização deste inventário documental surgiu no âmbito do processo de licenciamento arqueológico do Parque Eólico Galpões, realizado entre os anos de 2014 e 2015, ocasião em que a equipe de pesquisadores estabeleceu o primeiro contato com os documentos existentes na fazenda. Naquele momento, os pesquisadores realizaram uma entrevista com o proprietário da fazenda com objetivo de conhecer a história do lugar e conseqüentemente obter informações sobre a existência de vestígios arqueológicos na região. Em sua entrevista, o proprietário, Sr. Carlos Abreu Campos falou sobre a história da fazenda, sobre a existência de uma mangueira de pedra como uma área de interesse arqueológico, mostrou a casa, os objetos e o conjunto de documentos históricos existente na fazenda, sendo legado de seus antepassados.

Tendo conhecimento do valor histórico dos documentos existentes na Fazenda Santa Clara, a equipe de pesquisadores envolvida no projeto de pesquisa, sugeriu ao proprietário e ao IPHAN/RS, a realização do inventário da documentação histórica existente na propriedade, com a finalidade de contribuir para a preservação e a publicização do conjunto de documentos, conforme consta do Relatório de Diagnóstico Interventivo e Prospecção Sistemática Interventiva Arqueológica na Área de Implantação do Parque Eólico Galpões, Município de Sant'Ana do Livramento – RS, datado de julho do ano de 2014, da Espaço Arqueologia, sendo a sugestão prontamente atendida, tanto por parte do proprietário da fazenda como por parte do IPHAN/RS.

As principais atividades realizadas na fazenda Santa Clara estão ligadas a criação de gado leiteiro e de corte e também a criação de ovinos para carne e lã. A fazenda encontra-se atualmente sob administração do proprietário, Sr. Carlos Abreu Campos, descendente direto do Sr. Anacleto José Soares e do Sr. Elizerio Soares de Campos, que foram comerciantes e militares, com serviços prestados ao Exército Brasileiro em fins do século XIX e início do século XX, a quem se refere boa parte da documentação pesquisada e que deu origem à fazenda.

A equipe de pesquisadores verificou que se tratava de documentos centenários, como cartas, recibos, documentos militares, escrituras de terras, dentre outros registros de valor histórico, sendo que primeiramente foi realizado o registro fotográfico de alguns dos documentos apresentados no momento da entrevista com o proprietário. Sugerida a realização do inventário, considerando a importância dos registros documentais produzidos no período da segunda metade do século XIX até o primeiro quartel do século XX, no contexto da Guerra do Paraguai (1864-1870) e da Revolução Federalista (1893-1895), o IPHAN/RS, mostrou-se favorável à realização do inventário documental.

O principal objetivo da realização do projeto de pesquisa, foi contribuir na promoção da preservação dos documentos e registros históricos, bem como, fomentar a publicidade dos documentos, contribuindo para que os materiais gerados a partir do inventário chegassem até a comunidade escolar e desta forma estar à disposição para a realização de pesquisas, por estudantes e demais interessados, cumprindo desta forma, o papel social da arqueologia, em particular da arqueologia histórica.

As ações de preservação dos documentos se fazem importante na medida em que através deles a sociedade pode ter acesso às informações relevantes para o conhecimento da história local e da história geral. Neste sentido, concordamos com Vieira (2011):

O homem em sua história aprendeu a registrar e a valorizar a sua memória coletiva de forma a desenvolver recursos e mecanismos que possam preservar e perpetuar esta memória, para que esta sobrevivesse ao tempo e as mudanças que porventura pudessem ocorrer no mundo. Os documentos históricos são a representação materializada desta memória e por isso devem ser preservados e disseminados de forma segura, através de recursos que não venham causar nenhum prejuízo ao suporte em que

estejam registrados, ou a própria essência do documento, bem como a característica do papel, da escrita e os desenhos que este documento possa ter (VIEIRA, 2011, p. 2)

Sendo assim, o presente artigo está estruturado em cinco partes, iniciando com a apresentação do trabalho, deixando claro o objetivo quanto à preservação e a publicização das informações contidas na documentação. A segunda parte trabalha os aspectos teóricos que envolvem a Arqueologia Histórica, seus conceitos e um breve histórico da Arqueologia Histórica no Brasil. Na terceira parte realizamos a apresentação do aporte teórico-metodológico que serviu de base para a realização da pesquisa, bem como, a apresentação da documentação histórica da Fazenda Santa Clara. A quarta parte trata das considerações finais onde são descritos os resultados desta pesquisa. A quinta e última parte traz as referências bibliográficas que serviram de base para este estudo de caso.

Assim, a documentação objeto do inventário, apresenta contribuições para a construção da história do território de fronteira sul do Brasil numa perspectiva de longa duração.

2. Arqueologia histórica: conceitos e histórico no Brasil

Não há um consenso entre aqueles que se dispõem a trabalhar com a arqueologia histórica sobre uma definição concreta sobre o que é a arqueologia histórica. Para alguns autores a arqueologia histórica é uma modalidade da pesquisa arqueológica, para outros é uma subdisciplina da arqueologia. Nosso propósito nesta etapa do trabalho é apresentar as definições de alguns autores, para contribuir na construção de um pensamento sobre a arqueologia histórica.

De acordo com Gheno e Machado (2013), a definição exata de Arqueologia Histórica constitui uma questão controversa na atualidade científica das ciências humanas e é imprescindível entender o contexto histórico e social para incluí-la em uma esfera mais ampla no que tange aos seus preceitos teórico-metodológicos, ou seja, com a Arqueologia. Os autores citados conceituam a Arqueologia como o estudo dos grupos humanos, em seus mais diversos aspectos, através da sua cultura material e das formações sociais desaparecidas. No entanto, a área de atuação do arqueólogo pode variar de acordo com o seu objeto de pesquisa. Neste

sentido, há no Brasil uma dicotomia relacionada à problemática referenciada: a Arqueologia Pré-Histórica e a Arqueologia Histórica. A Arqueologia Pré-Histórica seria a arqueologia dos grupos humanos sem escrita, enquanto a Arqueologia Histórica trata da cultura material dos grupos humanos com escrita.

Considerando ineficiente a divisão das “arqueologias” somente no que tange à escrita, os autores supracitados propõem como meio para distingui-las, a formação do Mundo Moderno, que teve início com a expansão europeia sobre o continente americano no século XVI e coincide com a consolidação do sistema capitalista e de uma nova ordem social.

Funari (2005), afirma que a Arqueologia Histórica ainda está em fase de construção e amadurecimento, principalmente no Brasil.

Os autores abaixo mencionados afirmam que a Arqueologia Histórica é uma subdisciplina da Arqueologia, portanto, uma ciência com teorias e métodos próprios (FUNARI, 2002; NAJJAR, 2005; SYMANSKI, 2009 *apud* GHENO, MACHADO, 2013, p. 163):

[...] não há uma única definição para a Arqueologia Histórica que inclua todas as possibilidades de investigação e que seja aceita unanimemente entre todos os arqueólogos. A própria delimitação do campo de estudo e a abrangência da Arqueologia Histórica Brasileira estão em conceituação e discussão, como todo campo de pesquisa em construção.

A Arqueologia Histórica possui seus preceitos teórico-metodológicos associados à Arqueologia. Esta relação é indissociável, pois “os marcos teóricos da Arqueologia Histórica são, como não poderia deixar de ser, os marcos teóricos da Arqueologia” (LIMA, 2002, *apud* GHENO; MACHADO, 2013, p. 163). De uma forma geral, podemos conceituar a Arqueologia como o estudo dos grupos humanos, em seus mais diversos aspectos, através da sua cultura material (NAJJAR, 2005).

A divisão da Arqueologia no Brasil em Pré-Histórica e Histórica, apesar de consolidada, nos conduz a um sentido tradicional destas noções. A Arqueologia Pré-Histórica seria a arqueologia dos grupos humanos sem escrita, enquanto a Arqueologia Histórica seria a arqueologia dos grupos humanos com escrita. Esta classificação indica uma negação da história dos grupos ágrafos, possuindo sua origem em uma antiga visão segregada do passado. Considerando ineficiente a divisão das “arqueologias” somente no que tange à escrita, propomos distingui-las

através da formação do Mundo Moderno (TOCCHETTO, 2004, *apud* GHENO; MACHADO, 2013, p. 164), que se inicia com a expansão europeia e coincide com a consolidação do sistema capitalista e de uma nova ordem social (SENATORE; ZARANKIN, 2002, *apud* GHENO; MACHADO, 2013, p. 164).

No entanto, conforme Funari (1996), esta classificação parece dar conta de apenas uma parte da questão, pois continuidades milenares podem ser tão ou mais importantes que a crescente europeização do globo. Dessa forma, entendemos que a Arqueologia Histórica pode dar conta também dos grupos sem escrita, através da cultura material, estudando a interação entre dominantes e dominados, letrados e iletrados, em diferentes contextos culturais e cronológicos. É justamente através da cultura material que a Arqueologia Histórica vai dar “voz” às pessoas comuns que não são visíveis no registro documental, mas que fazem parte dos processos que envolvem a formação do Mundo Moderno, como, por exemplo, os escravos no Brasil (FUNARI, 1996; NAJJAR, 2005).

Apesar da tradicional divisão da Arqueologia no Brasil, em Pré-Histórica e Histórica, considerar em primeiro plano a questão da grafia, traz certa complexidade nesta classificação das “arqueologias”. Conforme o parágrafo anterior, onde relacionamos o estudo da Arqueologia Histórica com a formação do Mundo Moderno, devemos considerar também aspectos do principal objeto de estudo da Arqueologia nesta divisão já consolidada: a cultura material.

A cultura material pode ser entendida como um conjunto de elementos que representam condutas, gestos e ideias, tanto no sentido material como no simbólico, inseridas nas relações cotidianas. Como elementos formadores, consideramos todos os artefatos, objetos ou utensílios utilizados por grupos humanos no decorrer de sua presença em determinada paisagem (AZEVEDO NETTO; SOUZA, 2010, *apud* GHENO; MACHADO, 2013, p. 164). Problematizando a noção de cultura material, entendemos que ela “tem uma dimensão mais ampla e diversificada, envolvendo todo o segmento físico socialmente integrado” (REDE, 1996, p. 278).

Segundo Lima (2011, p. 21),

a cultura material é [...] produzida para desempenhar um papel ativo [nos sistemas socioculturais], é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante.

Considerando a cultura material como o principal objeto de estudo da Arqueologia, é também através dela que devemos propor uma distinção entre as “arqueologias” no Brasil.

Segundo Orser Jr. (2005, *apud* GHENO; MACHADO, 2013, p. 165), “o surgimento das forças de mercado no mundo capitalista tem um significado prático para os pesquisadores da Arqueologia Histórica, pois a grande maioria dos objetos usados pelos americanos pós-colombianos não foi feita por eles mesmos”.

O pesquisador que trabalha com Arqueologia Histórica pode utilizar uma variedade enorme de fontes em seus estudos, diferentemente do arqueólogo que trabalha com a Pré-História. Najjar (2005) afirma que os artefatos, os documentos escritos, a informação oral e a própria arquitetura podem informar ao pesquisador de Arqueologia Histórica sobre as relações entre os ocupantes desses sítios e como eles se relacionavam com a sociedade.

Em relação às fontes utilizadas na Arqueologia Histórica, Orser Jr. (1992) problematiza-as com maior ênfase e em maior número. Segundo este arqueólogo, na Arqueologia Histórica é comum o estudo de artefatos, estruturas, documentos escritos, mapas, pinturas, desenhos, fotos, história e testemunhos orais, além das transformações na paisagem decorrentes das ações dos grupos humanos.

Baseados em Orser Jr. (1992), classificamos os artefatos em Arqueologia Histórica como aqueles itens fabricados e/ou modificados pela ação humana, incluindo louças, garrafas e frascos de vidro, metais e assim por diante. Já as estruturas, entendidas como qualquer evidência de presença humana que não pode ser removida do sítio arqueológico, estariam relacionadas na Arqueologia Histórica a poços, trincheiras, lareiras, fossas sanitárias, casas, fortes e outras edificações. Esta peculiaridade da Arqueologia Histórica, de poder confrontar diversas fontes, também reserva a esta subdisciplina um papel de destaque no estudo dos grupos humanos. Além de dar “voz” aos esquecidos pela História Tradicional (FUNARI, 1996), cabe à Arqueologia Histórica analisar os domínios nos quais o registro documental é falho ou extremamente tendencioso (LIMA, 2002b *apud* GHENO; MACHADO, 2013, p. 166).

Segundo Funari (2002, p. 107-108),

tem-se buscado mostrar que ela [Arqueologia Histórica] não é uma simples ancila, serve ou auxilia a documentação escrita e a ciência da História, pois a cultura

material pode não só complementar as informações textuais, como fornecer informações de outra forma não disponíveis e até mesmo confrontar-se às fontes escritas.

Conforme Lima (1985), o campo de estudos da Arqueologia Histórica no Brasil deve abarcar as pesquisas em torno das consequências da expansão europeia do século XV, o impacto desta expansão sobre as populações indígenas, a dinâmica do contato cultural, a experiência negra, a formação da sociedade brasileira, bem como os processos de exploração, colonização e desenvolvimento urbano através dos vestígios materiais remanescentes, objetivando o resgate da história daqueles que não tiveram a oportunidade de escrevê-la.

De acordo com Najjar (2002), o que difere a Arqueologia do período pré-histórico e do período histórico são as fontes utilizadas, sendo que os arqueólogos que trabalham com períodos históricos utilizam, também, os documentos escritos para as suas pesquisas.

O período histórico no Brasil teve início com os projetos de colonização europeia, isto é, com a chegada dos europeus e africanos, sendo assim, a Arqueologia Histórica no Brasil possui um campo de atuação amplo, contemplando os sítios construídos a partir da ocupação portuguesa.

Por décadas, os trabalhos em Arqueologia Histórica no Brasil limitaram-se a confirmar o que as fontes escritas afirmavam. Os pesquisadores começaram a observar que na cultura material estavam cristalizadas ideias e atitudes que poderiam confrontar-se com os documentos escritos, a Arqueologia Histórica assumiu assim, uma postura mais crítica e se afirmou como uma linha de pesquisa em Arqueologia, podendo através de suas pesquisas, apresentar novos elementos que pudessem confirmar ou contradizer discursos tidos como oficiais.

No Brasil, a Arqueologia Histórica se estabeleceu na década de 1960, quando foram realizados os primeiros estudos sistemáticos de ruínas do século XVI de aldeias espanholas e missões jesuíticas. A partir desse momento, sítios históricos de naturezas diversas foram despertando a atenção dos pesquisadores brasileiros que, no entanto, voltaram suas preocupações para aspectos, na sua maioria, ligados aos contatos interétnicos e aos monumentos edificadas, resultando em uma ênfase excessiva na chamada arqueologia de restauração. Os anos 1990 inauguraram uma

nova fase da Arqueologia Histórica no Brasil, refletida em trabalhos que contemplam temas tais como gênero, etnicidade, capitalismo e paisagem (NAJJAR, 2002, p. 8).

Esta nova roupagem da Arqueologia Histórica fez com que esta disciplina científica dialogasse com outras áreas do conhecimento visando obter uma gama de informações sobre o objeto de estudo e assim, apresentar dados mais consistentes a seu respeito. O diálogo com outras áreas do conhecimento como a História, a Arquitetura e a Antropologia passaram a ser fundamentais para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa. Os artefatos, os documentos escritos, as informações orais e a arquitetura estão carregados de informações sobre as relações entre seus ocupantes e como estes se relacionavam com a sociedade. Conforme Najjar, 2002, p. 9:

A planta de uma casa, por exemplo, pode sugerir questões importantes sobre o comportamento de uma família: os acessos - portas e corredores - indicam áreas mais ou menos valorizadas das casas, a localização dos cômodos pode ser indicador do status de cada membro da família, os materiais construtivos: tijolos, telhas, pedras têm conotação econômico-social; revestimentos revelam modismos, o conteúdo estético de fachadas e jardins. Louças, vidros, objetos de ferro, osso, enfim, tudo pode ser indicativo de padrões de comportamento.

As casas, as igrejas, os fortes, as fazendas, objetos utilizados no cotidiano, documentos diversos, cédulas, moedas e outros, igualmente apresentam-se como potencialmente importantes para o conhecimento de suas épocas e o comportamento de seus ocupantes. Assim, a documentação objeto deste estudo, constitui uma importante fonte de pesquisa para a arqueologia histórica, pois, trata-se de material arqueológico, testemunho material de uma época e de um contexto histórico, o qual não podemos explicar de maneira completa, mas, através do estudo destes documentos, podemos encontrar pistas para ajudar a compreender partes deste contexto.

Desta forma, a pesquisa em torno dos documentos da Fazenda Santa Clara em Sant'Ana do Livramento-RS, foi desenvolvida no sentido de promover a preservação e a publicização dos mesmos para que outros pesquisadores e estudantes possam acessá-los (cópias dos originais), para servir como fonte de pesquisa na construção do conhecimento acerca da História Regional, bem como, da própria História do Brasil.

3. Inventário documental da Fazenda Santa Clara

Antes de iniciar a exposição dos métodos e resultados obtidos, apresento, através de um conceito básico, o que entendo por “documento”. Para fins deste artigo considero que um documento é uma unidade constituída por sua informação, que foi produzido no contexto de uma determinada atividade, que ao ser preservado pode se constituir como prova, testemunho e fonte de pesquisa. De acordo com Tessitore (2003, p.11):

A experiência humana em sua imensa diversidade tem produzido e acumulado um grande número de registros que a testemunham e indicam os caminhos trilhados, possibilitando o seu conhecimento e reavaliação. Esse conhecimento é essencial para cada pessoa, segmento social ou instituição, individual ou coletiva, na sociedade em que vive. Esses registros da atividade humana, em toda a sua complexidade, constituem o que chamamos de documento, definido tecnicamente como o conjunto da informação e seu suporte. É documento o livro, o artigo de revista, o prontuário médico, a carta, o cartaz de um seminário, o vídeo de uma conferência, a legislação, os objetos utilizados, etc. Entretanto, para que os documentos cumpram sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica é necessário que estejam preservados, organizados e acessíveis.

Com o objetivo de promover a preservação do acervo documental da fazenda Santa Clara, procedemos à classificação e denominamos os documentos como um acervo documental, doravante designado de acervo documental da Fazenda Santa Clara.

Foram digitalizados os 33 (trinta e três) documentos históricos existentes na fazenda Santa Clara. Por se tratar de documentos raros, a opção foi por digitalizá-los com o uso de câmeras fotográficas digitais (sem uso de flash), pois, desta forma, o contato com os documentos torna-se menos invasivo. Durante todo o processo de digitalização foram utilizadas máscaras e luvas pelos pesquisadores, com a finalidade de proteger a documentação durante os trabalhos, conforme evidenciado na figura 1 abaixo.

Figura 1: Processo de digitalização dos documentos



Fonte: Arquivo Espaço Arqueologia, 2014

Foram utilizadas fichas catalográficas onde foram registrados os principais dados de cada um dos documentos. As fichas catalográficas foram desenvolvidas com o objetivo de permitir a classificação dos documentos. Esta classificação foi feita seguindo as orientações de Martins (2005), conforme a natureza dos documentos. Esta classificação define o documento por seu formato⁴, espécie⁵, gênero⁶ e tipo de documento⁷.

Além dessas classificações, acrescentamos informações referentes à data do documento, origem, destino, assunto, número de folhas, dimensões, condições de preservação e teor ou transcrição do assunto de que trata o documento.

⁴ “**Formato:** é a configuração física de um suporte de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado: Exemplos: formulários, fichas, livro, caderno, planta, folha, cartaz, microficha, rolo, tira de microfilme, mapa, etc.”

⁵ “**Espécie:** é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nesse contidas. Exemplos: ata, relatório, carta, ofício, proposta, diploma, atestado, requerimento, organograma, etc..” (Martins, 2005, p. 14)

⁶ “**Gênero:** configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizados na comunicação de seu conteúdo. Exemplos: audiovisual (filmes); fonográfico (discos, fitas); iconográfico (obras de arte, fotografias, negativos, slides, microformas); textual (documentos escritos de uma forma geral); tridimensionais (esculturas, objetos, roupas); magnéticos/informáticos (disquetes, CD-ROM, etc).”

⁷ “**Tipo de documento:** é a configuração que assume um documento de acordo com a atividade que a gerou. Exemplos: Ata de Posse; Boletim de Notas e Frequência de Alunos, Regimento de Departamento, Processo de Vida Funcional, Relatório de Atividades, Atestado de Matrícula, etc.”

Foram efetuadas cerca de 500 (quinhentas) fotografias, e selecionadas as que permitem melhor visualização dos documentos. No presente artigo, estão disponibilizadas algumas imagens de alguns dos documentos do acervo.

Os documentos foram produzidos no período compreendido entre os anos de 1859 até 1911, sendo que o acervo é constituído por escrituras de terras, cartas pessoais, certidões de compra e venda de terras, documentos militares, títulos, petições e recibos diversos.

A documentação objeto deste estudo de caso foi produzida dentro de um contexto histórico peculiar da História do Rio grande do Sul, que por sua vez está diretamente ligado aos acontecimentos que envolveram o Brasil Imperial na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos da República, a saber: a guerra com o Paraguai (1864-1870) e os desdobramentos políticos ocasionados pela Proclamação da República de 15 de Novembro de 1889, que tiveram influência sobre a Revolução Federalista que perdurou de 1893-1895. A fazenda Santa Clara está situada junto a um dos marcos topográficos que demarcam a fronteira entre Brasil e Uruguai, com localização privilegiada, a sua história está entrelaçada com a história dos conflitos locais.

Segundo Potoko (2013), a ocupação mais efetiva do território onde hoje encontra-se o município de Sant' Ana do Livramento ocorreu a partir da doação de sesmarias na região. A legitimação institucional da posse, por parte dos portugueses, dos territórios de fronteira, se deu por meio das doações de sesmarias, mas houve casos excepcionais, em que algumas posses foram adquiridas através da compra de outros sesmeiros. Os agraciados com sesmarias, em sua maioria, eram militares e guerrilheiros, com o duplo papel de pastores e soldados.

Apesar da limitação legal (3 léguas), o abuso não tardou, e formaram-se propriedades monstruosas. Cada sesmaria na época em que estamos nos referindo (virada do século XIX), correspondia a 150 quadras de campo. Muitas listas de sesmeiros foram publicadas e só recebia sesmaria quem possuísse relevantes serviços prestados à causa do Império, houvesse chegado ao oficialato e, no mínimo, soubesse ler e escrever corretamente, bem como executar as quatro operações. Quem definia os concessionários de sesmarias na região de Alegrete era

o líder militar José de Abreu, que recebeu com exclusividade a incumbência imediata da Coroa de distribuir grandes sesmarias (remeter listas de interessados ao Governador) também aos não militares. A origem, de muita riqueza acumulada, de muito latifúndio, foi como podemos testemunhar pela história, a partir da doação de terras por parte do governo.

No caso da Fazenda Santa Clara, o entrevistado nos informou que ela foi regularizada após o senhor Anacleto Soarez participar da guerra do Paraguai. De acordo com o entrevistado, senhor Carlos Campos: *“morasse aqui ele foi para a Guerra do Paraguai, fez a Guerra do Paraguai, não sei que batalha, não sei aonde, e se foi um bom guerreiro ou não, mas voltou vivo de lá. Recebeu a regularização das terras aqui.”*

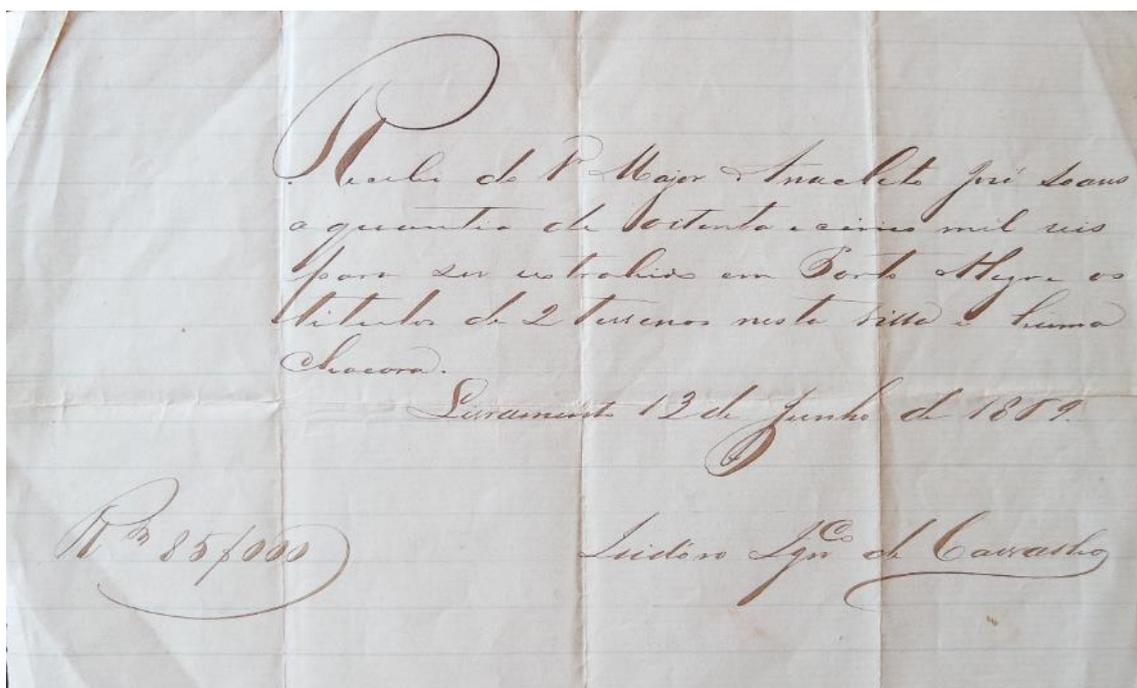
Devido aos conflitos de fronteira, o governo brasileiro empreendeu a construção de fortificações militares na região, visando à defesa e a garantia de posse dessas terras. Conforme Potoko (2013), o Forte do Caty foi uma unidade militar criada em dezembro de 1895 com a finalidade de sediar uma força militar federalista, fiel ao governo de Júlio de Castilhos, que havia participado da Revolução Federalista (1893-1895). O seu comandante geral na época foi o Coronel João Francisco Pereira de Souza, um líder político local, que com o comando do regimento passou a acumular o poder policial e militar na fronteira. O forte do Caty contava com um efetivo de cerca de 800 (oitocentos) soldados, possuía sala para aulas táticas dos oficiais, onde estudavam esgrima com um professor estrangeiro, estande para prática de tiro e uma banda de música. O forte do Caty foi desativado e atualmente restam algumas ruínas do local.

Portanto, a produção da documentação histórica da Fazenda Santa Clara está diretamente ligada aos desdobramentos ocorridos em função das guerras e movimentos políticos do final do século XIX e início do século XX no Rio Grande do Sul.

Na sequência, passamos a apresentar alguns dos documentos que fazem parte do acervo documental da Fazenda Santa Clara, constituído por escrituras de terras, cartas pessoais, certidões de compra e venda de terras, documentos militares, títulos, petições e recibos diversos.

O documento mais antigo que identificamos no acervo se trata de um recibo comercial em nome do Major Anacleto José Soares, datado do ano de 1859 (Figura 2). No documento consta o seguinte conteúdo: “Recebi do P. Major Anacleto José Soares a quantia de 85 mil reis para ser extrahido em Porto Alegre ao titulo de 2 terrenos nesta villa e huma chacara”. Neste documento verifica-se a compra, por parte do Sr. Anacleto, de dois terrenos na vila de Sant’ Ana do Livramento e uma chácara. Não fica claro se estes são os primeiros imóveis comprados por este senhor, contudo, indica a realização de investimentos por parte deste em terras na região, também evidenciados na escritura de terras datada de 1864 (Figura 3), cujo conteúdo não foi possível transcrever.

Figura 2: Recibo comercial em nome do Major Anacleto José Soares, datado de 13 de junho de 1859 - documento mais antigo do acervo



Fonte: Arquivo Espaço Arqueologia, 2014

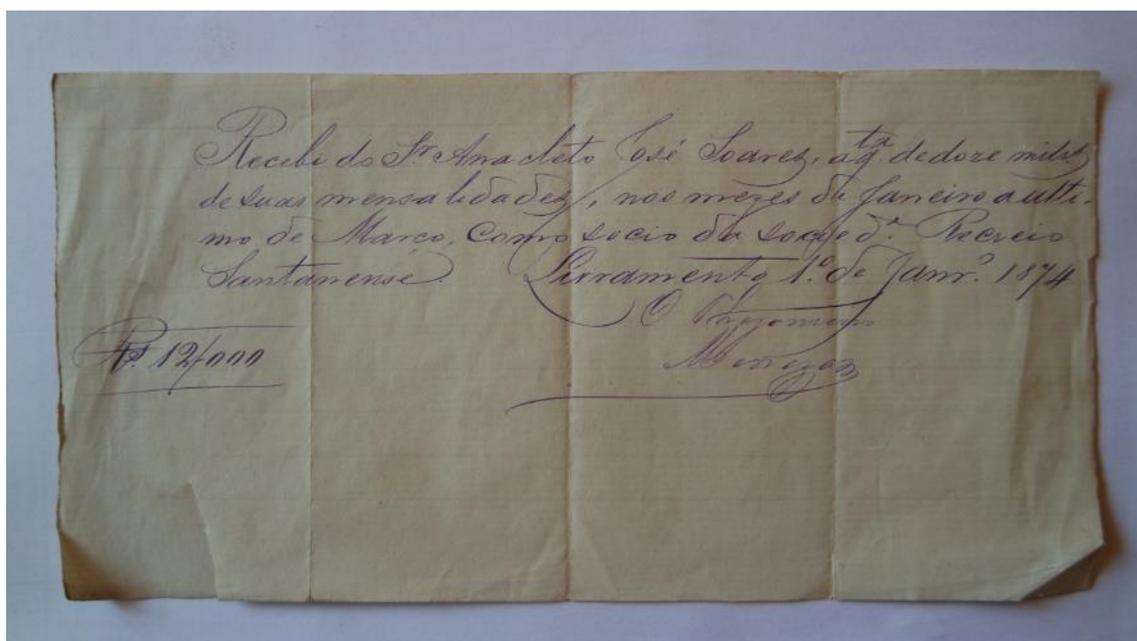
Figura 3: Escritura de terras do ano de 1864



Fonte: Arquivo Espaço Arqueologia, 2014

O documento abaixo (Figura 4) trata-se de um recibo de pagamento de mensalidades junto a Sociedade Recreio Santanense datado de 1º de janeiro de 1874. No documento consta o seguinte conteúdo: “Recebi do Sr. Anacleto José Soares a q. tx de doze mil reis de duas mensalidades, nos mezes de janeiro a ultimo de Março, como sócio da sociedade Recreio Santanense. Livramento 1º de janeiro de 1874. Rs 12/000 Thezoureiro Menezes”.

Figura 4: Recibo datado de 1º de janeiro de 1874

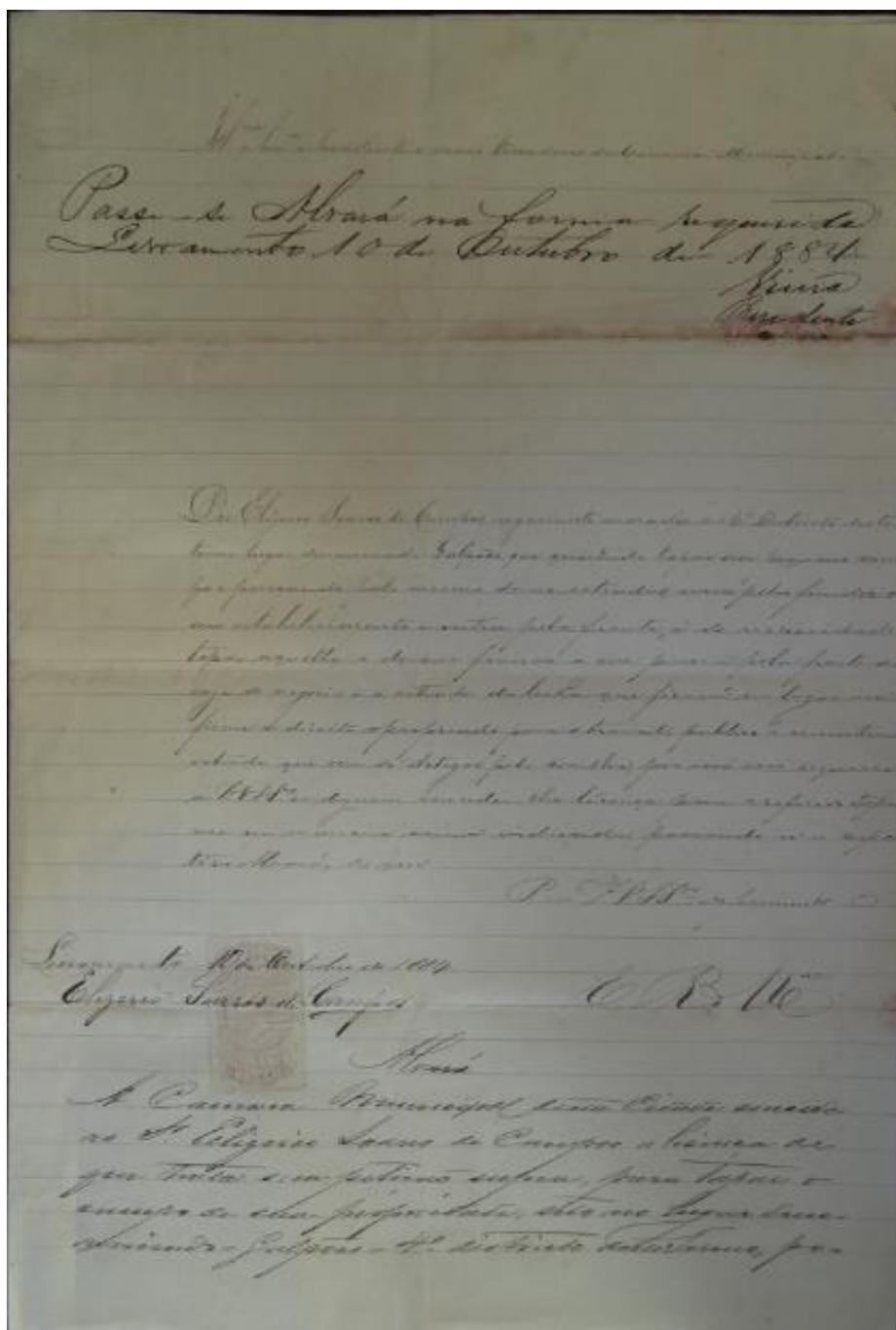


Fonte: Arquivo Espaço Arqueologia, 2014

Através da leitura do texto do documento podemos perceber, a participação do Major Anacleto José Soares em um grupo social como a Sociedade Recreio Santanense.

Este documento trata-se de uma petição junto à Câmara de Vereadores de Sant’Ana do Livramento solicitando a abertura de uma estrada, datada de 10 de outubro de 1884, a qual foi atendida (Figura 5). A leitura deste documento permite inferir sobre a origem das vias de transporte da localidade de galpões.

Figura 5: Petição à câmara de vereadores de Sant'Ana do Livramento solicitando a abertura de uma estrada, datada de 10 de outubro de 1884



Fonte: Arquivo Espaço Arqueologia, 2014

No acervo encontramos o documento abaixo, o qual trata-se de um recibo de impostos municipais do ano de 1887. De acordo com o teor do documento, percebe-

se como era realizada a cobrança de impostos municipais sobre as propriedades, sendo que o documento traz o seguinte conteúdo “*Recibo número 1268, Exercício do anno de 1887. Pagou o Sr. Elizerio Soares de Campos a quantia de seis mil reis de imposto de suas duas marcas no quarto districto. Livramento, seis de maio 1887 correspondente ao corrente exercicio. Assinam o secretario e o procurador*”.

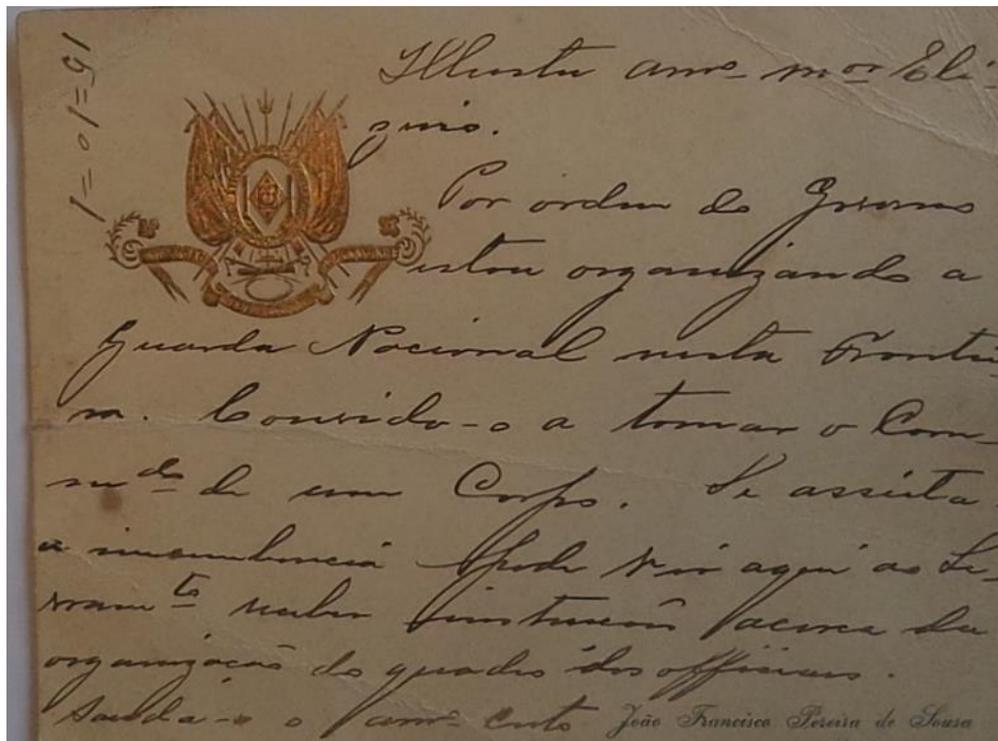
Figura 6: Recibo de impostos municipais do ano de 1887



Fonte: Arquivo Espaço Arqueologia, 2014

O acervo documental conta com um documento oficial do Exército, datado de 15 de outubro de 1891, tratando sobre a formação da guarda nacional, com o seguinte teor:

Figura 7: Documento militar – cartão convite, datado de 15 de outubro de 1891, no detalhe o brasão das armas folheado a ouro



Fonte: Arquivo Espaço Arqueologia, 2015

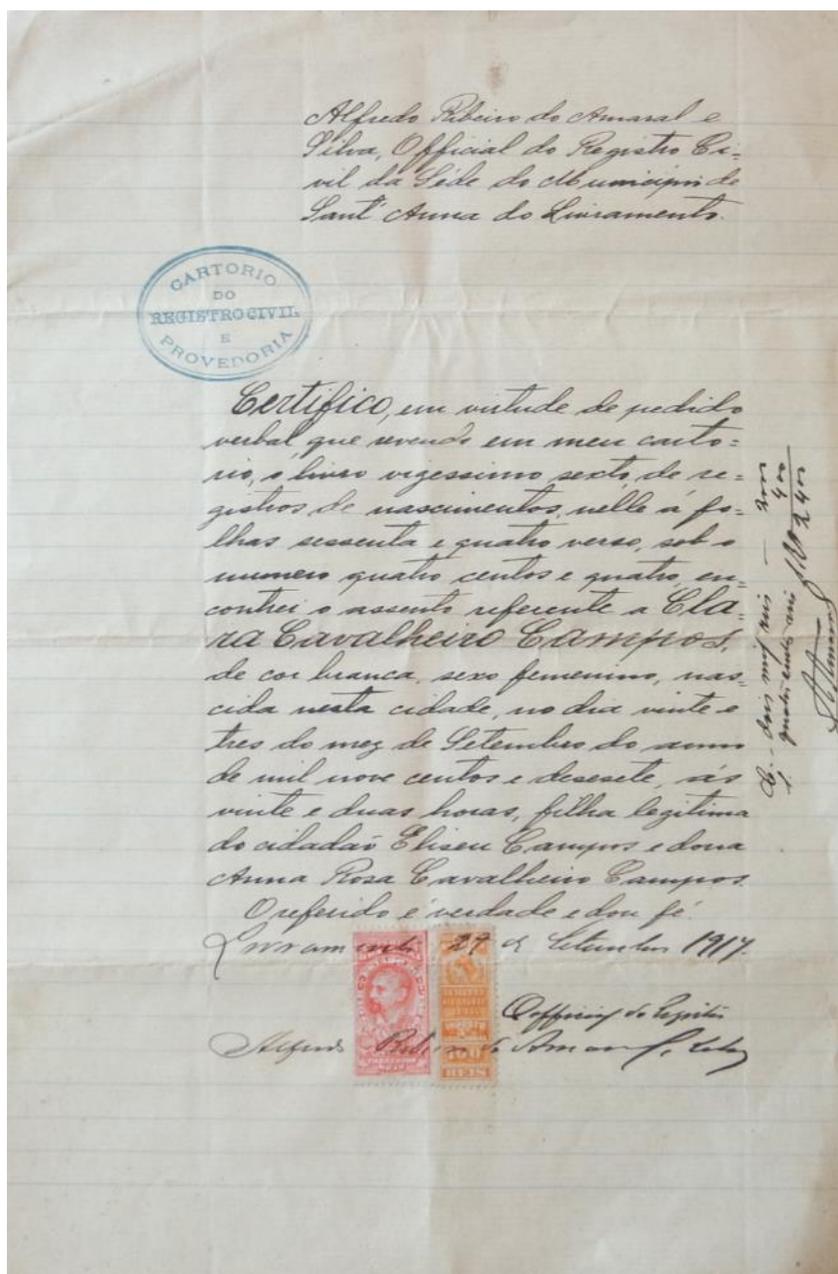
“Ilustre amigo Major Elizerio. Por ordem do governo estou organizando a guarda nacional nesta fronteira. Convido-o a tomar o Comando de um corpo. Se a incumbência pode vir aqui ao Livramento receber instruções acerca da organização do quadro dos oficiais. Salda-o o amigo Comandante João Francisco Pereira de Sousa”.

Conforme o documento, podemos observar que o Major Elizério Soares de Campos, seguiu os passos de seu pai, o Major Anacleto Soares de Campos, na carreira militar.

A figura 8 abaixo, mostra a imagem da certidão de nascimento de Clara Cavalheiro Campos, no ano de 1917, a qual deu origem ao nome da fazenda, na certidão constam os seguintes dizeres: *“Alfredo Ribeiro do Amaral e Silva, Oficial do Registro Civil da Séde do Município de Sant’anna do Livramento. Certifico, em virtude de pedido verbal, que revendo em meu cartório o livro vigessimo sexto de registros de nascimento, nelle á folhas sessenta e quatro verso, sob o numero quatro centos e quatro encontrei o assento referente a Clara Cavalheiro Campos, de*

cor branca, sexo feminino, nascida nesta cidade, no dia vinte e tres do mez de setembro do ano de mil nove centos e desesete, ás vinte e duas horas, filha legitima do cidadão Eliseu Campos e dona Anna Rosa Cavalheiro Campos. O referido é verdade e dou fé. Livramento, 29 de setembro de 1917. Officiais do registro. Ribeiro do Amaral”

Figura 8: Certidão de nascimento de Clara Cavalheiro Campos em 1917, origem do nome da fazenda



Fonte: Arquivo Espaço Arqueologia, ano 2014

Na fazenda Santa Clara existe uma espada com bainha (Figura 9) utilizada na guerra do Paraguai.

Figura 9: Espadas da época da Guerra do Paraguai



Esta espada pertenceu ao Major Anacleto Soares de Campos, Patriarca da família.

Os documentos que compõem o acervo da Fazenda Santa Clara, tanto os escritos como os objetos (espadas) constituem um testemunho material de uma época, pois, trazem além de seu conteúdo, a maneira da escrever de uma época, com palavras conhecidas em nossos dias, porém, escritas de maneira (grafia) da época. Este contexto está entrelaçado na própria história regional e num contexto mais amplo possuindo uma ligação com os acontecimentos da história do Brasil.

4. Considerações finais

Através do presente estudo de caso, buscamos apresentar as atividades realizadas na execução do inventário da documentação histórica da Fazenda Santa Clara, localizada no município de Sant' Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente tratava-se de cerca de quinze documentos de valor histórico, no entanto, no decorrer da pesquisa foram inseridos outros documentos, conferindo um total de trinta e três documentos inventariados. O conjunto da documentação é formado por certidões de terra, certidões de nascimento, documentos militares, recibos, cartões, cartas e ofícios. Esta documentação é de extrema relevância histórica, na medida em que através de sua leitura, torna-se possível estabelecer uma compreensão sobre fatos relevantes da história do Rio Grande do Sul, na região de fronteira e conseqüentemente do Brasil de meados do século XIX para a passagem do século XX.

A documentação da Fazenda Santa Clara constitui um importante patrimônio histórico, merecendo atenção quanto a sua preservação, bem como, sua utilidade pública, para fornecer subsídios para pesquisas de estudantes e interessados. Neste sentido, foi produzido um volume contendo as informações levantadas através das pesquisas arqueológicas realizadas na região de Sant'Ana do Livramento, bem como, toda a pesquisa que envolveu o inventário documental da Fazenda Santa Clara. Este material foi entregue para unidades escolares do município de Sant'Ana do Livramento para constar do acervo das bibliotecas, com a finalidade de servir de material de pesquisa para estudantes, professores e pessoas da comunidade, interessadas na história regional, bem como, foram realizados encontros com alunos de escolas e professores da região para a divulgação da pesquisa e de seu conteúdo, abrindo espaço para debates e sugestões da comunidade escolar para otimizar futuros trabalhos.

Sendo assim, a pesquisa cumpre uma função social da arqueologia, e, em particular da arqueologia histórica, no sentido de através de sua metodologia e objeto de pesquisa, disponibilizar elementos da história para a comunidade em geral. Da mesma forma, o presente artigo de pesquisa, enquanto instrumento de

disseminação e divulgação dos resultados obtidos através da análise da documentação supracitada, busca cumprir sua finalidade de promover a preservação e a publicização da documentação histórica da Fazenda Santa Clara.

Referências

- COSTA, D. M.. **Algumas Abordagens Teóricas na Arqueologia Histórica Brasileira**. Artigo Cienc. Cult. vol.65 no. 2 São Paulo Apr./June 2013. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252013000200012&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 mai 2015.
- FUNARI, P. P. A.. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.
- FUNARI, P.P.A., HALL, M., JONES, S. (eds). 1999. **Historical Archaeology, Back from the edge**. Londres, Routledge, 1999. Artigo da Revista Mneme – revista de humanidades. Dossiê Arqueologias Brasileiras, v.6, n. 13, dez.2004/jan.2005.Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme>> Acesso em: 10 mai 2015.
- FUNARI, Pedro Paulo A. O amadurecimento de uma Arqueologia Histórica Mundial. Revista de História, São Paulo, n. 135, p. 163-168, dez. 1996. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83091996000200010&lng=PT&nrm=iso>. Acesso em: 31/10/2015.
- GHENO, D. A.; MACHADO, N. T. G. **Arqueologia Histórica – Abordagens**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 58, p. 161-183, jan./jun. 2013. Editora UFPR.
- HODDER **Symbolic and structural archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- LIMA, T. A. **Arqueologia Histórica**: algumas considerações teóricas. Comunicação apresentada ao I Seminário de Arqueologia Histórica. SPHAN/FNPM, outubro de 1985. Rio de Janeiro.
- LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a02v6n1> > Acesso em 24 mai 2015.
- MARTINS, Neire do Rocio. **Manual técnico organização de arquivos correntes e intermediários**. Universidade Estadual de Campinas – Agência de Formação Profissional – Arquivo Central do Sistema de Arquivos. Campinas, 2005. 41 p. Disponível em:

www.unicamp.br/siarq/publicacoes/organizacao_arquivos_correntes_intermediarios.pdf. Acesso em 06 de maio de 2015.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. 2006. "**O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro**". Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/11164/o-inventario-como-instrumento-constitucional-de-protecao-ao-patrimonio-cultural-brasileiro>(acesso em 10 mai 2015).

NAJJAR, Rosana. Arqueologia histórica: manual. Brasília: Iphan, 2002, 57 p.

NAJJAR, Rosana. Arqueologia histórica: manual. Brasília: IPHAN, 2005.

ORSER Jr., Charles. Introdução à Arqueologia Histórica. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PESAVENTO, SANDRA JATAHY. História do Rio Grande do Sul: 2. Ed. revista e ampliada. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. 142 p.

POTOKO, C. A. **Sant'ana do Livramento 1823**: Retentiva a Ivo Caggiani – Santana do Livramento-RS , 2013.

REDE, Marcelo. **História a partir das coisas**: tendências recentes nos estudos de cultura material. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 265-282, jan./dez. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47141996000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30/10/2015.

SCHWENGBER, V. L. **Relatório Final do Inventário Documental da Fazenda Santa Clara, município de Sant' Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul**. Tubarão-SC: Espaço Arqueologia. Relatório final de pesquisa, 2015.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. A louça na pesquisa arqueológica: análises e interpretações processuais e pós-processuais. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 23, p. 59-76, mar. 1996.

TESSITORE, Viviane. **Como Implantar Centros de Documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. 52 p. (Projeto Como Fazer, 09)

TRIGGER, B. G.. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo. Odysseus Editora, 2004.

VIEIRA, L. C. B.. **Digitalização de Documentos Históricos**: uma alterna para a preservação e disseminação da memória e patrimônio cultural. Artigo Científico. Universidade Federal do Maranhão. Curso de Biblioteconomia. 2011. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/DIGITALIZA.pdf>>. Acesso em 25 mai 2015